

AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

Relatório

Agrupamento de Escolas
de Benavente

2016
2017

Área Territorial de Inspeção
do Sul

CONSTITUIÇÃO DO AGRUPAMENTO

Jardins de Infância e Escolas	EPE	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	SEC
Escola Secundária de Benavente				•	•
Escola Básica Duarte Lopes, Benavente			•	•	
Escola Básica de Barrosa, Benavente		•			
Escola Básica de Benavente	•	•			
Escola Básica de Foros da Charneca, Benavente		•			
Escola Básica de Santo Estevão, Benavente		•			
Escola Básica n.º 1 de Benavente	•	•			
Escola Básica n.º 2 de Benavente		•			
Jardim de Infância de Barrosa, Benavente	•				
Jardim de Infância de Foros da Charneca, Benavente	•				
Jardim de Infância de Santo Estevão, Benavente	•				
Jardim de Infância n.º 2 de Benavente	•				
Jardim de Infância n.º 3 de Benavente	•				

1 – INTRODUÇÃO

A [Lei n.º 31/2002](#), de 20 de dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a autoavaliação e para a avaliação externa. Neste âmbito, foi desenvolvido, desde 2006, um programa nacional de avaliação dos jardins de infância e das escolas básicas e secundárias públicas, tendo-se cumprido o primeiro ciclo de avaliação em junho de 2011.

A então Inspeção-Geral da Educação foi incumbida de dar continuidade ao programa de avaliação externa das escolas, na sequência da proposta de modelo para um novo ciclo de avaliação externa, apresentada pelo Grupo de Trabalho ([Despacho n.º 4150/2011](#), de 4 de março). Assim, apoiando-se no modelo construído e na experimentação realizada em doze escolas e agrupamentos de escolas, a Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) está a desenvolver esta atividade consignada como sua competência no [Decreto Regulamentar n.º 15/2012](#), de 27 de janeiro.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa do Agrupamento de Escolas de Benavente, realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efetuada entre 9 e 12 de janeiro de 2017. As conclusões decorrem da análise dos documentos fundamentais do Agrupamento, em especial da sua autoavaliação, dos indicadores de sucesso académico dos alunos, das respostas aos questionários de satisfação da comunidade e da realização de entrevistas.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente e consolide a autoavaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para o Agrupamento, constituindo este documento um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e áreas de melhoria, este relatório oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de ação para a melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa visitou a escola-sede do Agrupamento, as escolas básicas Duarte Lopes, de Benavente, n.º 1 de Benavente e de Foros da Charneca e os jardins de infância de Foros da Charneca e de Barrosa.

A equipa regista a atitude de empenhamento e de mobilização do Agrupamento, bem como a colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

ESCALA DE AVALIAÇÃO

Níveis de classificação dos três domínios

EXCELENTE – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e muito acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais consolidadas, generalizadas e eficazes. A escola distingue-se pelas práticas exemplares em campos relevantes.

MUITO BOM – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais generalizadas e eficazes.

BOM – A ação da escola tem produzido um impacto em linha com os valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. A escola apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes.

SUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola.

INSUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto muito aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes na generalidade dos campos em análise. A escola não revela uma prática coerente, positiva e coesa.

O relatório do Agrupamento apresentado no âmbito da **Avaliação Externa das Escolas 2016-2017** está disponível na [página da IGEC](#).

2 – CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO

O Agrupamento de Escolas de Benavente, abrangendo três freguesias deste concelho do distrito de Santarém, é fruto da agregação entre a Escola Secundária de Benavente, escola-sede, com o Agrupamento de Escolas Duarte Lopes, em junho de 2012, sendo constituído pelos 13 estabelecimentos de educação e ensino anteriormente identificados. É agrupamento de referência para a educação de alunos cegos e com baixa visão e para a Intervenção Precoce na Infância e integra uma unidade de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita. As unidades orgânicas que lhe deram origem foram abrangidas pela avaliação externa das escolas, no ciclo anterior, no ano letivo de 2008-2009.

Em 2016-2017, é frequentado por 242 crianças na educação pré-escolar (13 grupos), 485 alunos no 1.º ciclo do ensino básico (24 turmas), 267 no 2.º ciclo (11 turmas, duas das quais com percursos curriculares alternativos) e 446 no 3.º ciclo (19 turmas, uma delas de um curso de educação e formação e uma de oferta vocacional). Estudam no ensino secundário 407 alunos (15 turmas) em cursos científico-humanísticos, 77 (quatro turmas) em cursos profissionais e 27 (uma turma) no curso vocacional, perfazendo um total de 1951 crianças e alunos. Quanto à sua nacionalidade, apenas 5% são estrangeiros, oriundos maioritariamente do Brasil e da Roménia. No que respeita à ação social escolar, 62% não beneficiam de auxílios económicos e, em relação às tecnologias de informação e comunicação, 80% dos alunos do ensino básico e 91% dos do ensino secundário possuem computador com ligação à internet.

Os dados da formação académica dos pais e das mães mostram que, relativamente aos estudantes do ensino básico, 20% têm habilitação superior e 24% possuem o ensino secundário, valores que correspondem a 18% e 29%, respetivamente, no que aos alunos do ensino secundário diz respeito. Quanto à sua ocupação profissional, 29% no ensino básico e 30% no secundário exercem atividades de nível superior e intermédio.

A prestação do serviço educativo é assegurada por 196 docentes, dos quais 72% pertencem aos quadros de agrupamento e de zona pedagógica e a sua experiência profissional é significativa, uma vez que 79% lecionam há 10 ou mais anos. O pessoal não docente engloba 64 trabalhadores (50 assistentes operacionais, 12 assistentes técnicos e duas psicólogas).

De acordo com os dados de referência disponibilizados pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, relativamente ao ano letivo de 2014-2015, os valores das variáveis de contexto do Agrupamento, quando comparados com os das outras escolas públicas, são bastante desfavoráveis, nomeadamente a idade média dos alunos, a percentagem de docentes dos quadros e a média do número de alunos por turma.

3 – AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

Considerando os campos de análise dos três domínios do quadro de referência da avaliação externa e tendo por base as entrevistas e a análise documental e estatística realizada, a equipa de avaliação formula as seguintes apreciações:

3.1 – RESULTADOS

RESULTADOS ACADÉMICOS

Na educação pré-escolar, as educadoras acompanham a evolução das crianças do seu grupo através de registos de observação regulares que lhes permitem adequar a ação pedagógica. Esta informação é

revertida para uma ficha que sintetiza os progressos efetuados e que é trimestralmente partilhada com os pais e encarregados de educação.

Os resultados académicos são também periodicamente analisados, em sede de conselho pedagógico e das diferentes estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica, com identificação das disciplinas de maior insucesso e de medidas destinadas à sua superação. A reflexão daí decorrente encontra-se, porém, muito mais centrada nos fatores de ordem externa do que naqueles em que os docentes podem intervir, o que, em parte, tem condicionado o êxito das medidas implementadas.

Constatam-se diferenças nos resultados entre disciplinas na mesma turma, entre turmas em cada ano de escolaridade e entre os diversos níveis de ensino que justificam o aprofundamento da reflexão sobre os fatores de (in)sucesso. Poderá constituir um contributo útil o estudo mais objetivo dos resultados, incluindo a comparação com os que os mesmos alunos obtiveram em cada disciplina ao longo do seu percurso escolar.

A análise dos resultados académicos contextualizados, relativos ao triénio 2012-2013 a 2014-2015, evidencia oscilações nesse período que confirmam a inconsistência dos mesmos e a necessidade de uma ação mais eficaz na melhoria das aprendizagens.

No 1.º ciclo, os resultados do 4.º ano apresentam uma tendência de agravamento. Com efeito, as taxas de conclusão posicionaram-se aquém do valor esperado em 2014-2015, depois de terem estado acima em 2012-2013 e em linha em 2013-2014. Por outro lado, nas provas de avaliação externa de português e de matemática, apenas não ficaram aquém em 2012-2013 nesta última disciplina, o que revela a pertinência de equacionar ações de melhoria específicas para este ciclo de ensino.

No que diz respeito aos 2.º e 3.º ciclos, as taxas de conclusão estiveram sempre aquém do esperado, exceto no 6.º ano, em 2014-2015. Quanto às provas de avaliação externa, neste ano de escolaridade, ainda que se tenham mantido em linha ou mesmo acima dos valores esperados nos dois primeiros anos em análise, situaram-se aquém em 2014-2015, na disciplina de matemática. Pelo contrário, no 9.º ano, apesar de terem ficado aquém do esperado em 2012-2013 e em 2013-2014, estiveram acima, tanto em português como em matemática, em 2014-2015.

No que concerne ao ensino secundário, as taxas de conclusão do 12.º ano mantiveram-se em linha com os valores esperados. Os resultados do exame nacional de português revelam uma evolução positiva, uma vez que, embora tenham ficado aquém do esperado no primeiro ano do triénio, posicionaram-se já acima nos dois últimos anos. Contudo, merecem especial atenção os resultados de matemática e de história, aquém dos valores de referência durante todo o triénio.

Assim, não obstante as variáveis de contexto do Agrupamento serem desfavoráveis, esta análise permite concluir que, comparados com os das escolas de contexto análogo, os resultados observados ficaram globalmente aquém dos valores esperados, o que comprova a necessidade de um maior investimento nos processos de ensino e de aprendizagem.

As baixas taxas de transição nos anos intermédios justificam a diversificação das estratégias de melhoria das aprendizagens e uma intervenção mais precoce para contrariar as tendências de retenção.

Tendo em conta o número de formandos que iniciou cada um dos cursos profissionais, desenvolvidos entre 2012-2013 e 2015-2016, as taxas de conclusão variaram entre 19% (Técnico de Manutenção Industrial) e 68% (Técnico de Apoio à Gestão Desportiva). No que se refere aos cursos de educação e formação e aos vocacionais, as taxas de conclusão, naquele período, foram também bastante variáveis (entre 39% e 68% e entre 32% e 42%, respetivamente). Estes resultados merecem reflexão, já que evidenciam, entre outras razões, um nível de desistência expressivo que importa contrariar, ainda que se trate de jovens que deixaram de estar abrangidos pela escolaridade obrigatória. No entanto, as taxas

de abandono escolar nos últimos três anos letivos apresentam valores residuais em todos os níveis de ensino.

RESULTADOS SOCIAIS

Os documentos estruturantes expressam, claramente, a assunção do propósito de *educar para uma cidadania responsável*, como linha orientadora da ação educativa. Nesse sentido, é promovida uma pluralidade de atividades e projetos, geralmente transversais a todos os níveis de educação e ensino, que fomentam a solidariedade, a dimensão da educação rodoviária e a mudança de atitudes e de comportamentos face ao meio ambiente, entre outras.

A oferta de oito modalidades de Desporto Escolar, assim como as áreas trabalhadas no âmbito do Projeto de Educação para a Saúde e Educação Sexual incrementam hábitos de vida saudáveis e promovem a aquisição de atitudes e valores. De referir ainda, a este nível, a relevância assumida por alguns clubes, nomeadamente pelo *Clube Europeu* e pelo *Clube de Teatro*. Merecem também destaque as ações de sensibilização/formação ou comemorativas no âmbito da aceitação da diferença, com impactos positivos na promoção dos princípios da convivência democrática, da equidade e de uma consciência inclusiva junto da comunidade educativa.

A formação pessoal e social dos alunos é ainda trabalhada na oferta complementar de educação para a cidadania nos 1.º e 2.º ciclos e através da adesão ao programa Parlamento dos Jovens. Estão assegurados espaços de participação e colaboração com os docentes quer pela integração das propostas da associação de estudantes no plano anual de atividades quer pela presença dos representantes dos alunos no conselho geral. No entanto, não se encontram generalizadas outras formas de auscultação dos discentes, visando o seu envolvimento e corresponsabilização na vida do Agrupamento, como sejam as assembleias regulares de alunos ou de delegados de turma. Este é, pois, um aspeto a potenciar com vista ao incremento de competências de participação cívica e política e de educação para a democracia. Desta feita, não se considera superado o ponto fraco assinalado, neste âmbito, num dos anteriores relatórios de avaliação externa.

Com a formação do Agrupamento, a indisciplina revelou-se uma das áreas, assumida por toda a comunidade escolar, a carecer de resposta imediata, com vista a garantir o cumprimento das regras e o bom ambiente educativo. Nesse sentido, foram tomadas medidas de carácter organizativo, como sejam a transferência dos alunos do 9.º ano de escolaridade, dos cursos de educação e formação e dos vocacionais para a escola-sede e a criação de uma equipa multidisciplinar que, no âmbito da *Mediação, Apoio, Inclusão, Solução*, desenvolve atividades de promoção da cidadania em sala de aula.

No anterior ano letivo foi também concebido e divulgado o *Código de Conduta do Agrupamento*. Apesar deste variado leque de opções, e embora nos conselhos de turma sejam delineadas algumas formas concertadas para a promoção de um ambiente educativo favorável às aprendizagens, os estudantes entrevistados são muito críticos a este respeito. Percecionam diferenças notórias na assertividade e firmeza, por parte de alguns professores, na aplicação do referido documento, sendo também de relevar que o perfil de alguns docentes é pouco adequado ao desenvolvimento de um trabalho com as turmas onde sobressaem os focos de indisciplina.

Há, para além disso, um plano de ação, em parceria com a Câmara Municipal de Benavente (*Plano Salute*), que promove as competências pessoais, sociais e adaptativas, direcionado para as crianças da educação pré-escolar e para os alunos do 1.º ciclo, apostando na prevenção, no acompanhamento socioafetivo e na inclusão dos alunos.

Ao nível dos 2.º e 3.º ciclos são implementadas *tutorias* e é dinamizado o *Projeto Integrar – Sala PI*, que visa acolher os alunos a quem é aplicada a medida de ordem de saída da sala de aula. Face aos recursos

alocados a esta iniciativa, será de avaliar mais objetivamente a relevância e eficácia da mesma e de equacionar a possibilidade de um maior investimento nas ações de prevenção.

Os dados relativos à monitorização da indisciplina evidenciam uma evolução que se traduz num decréscimo significativo da percentagem de alunos com ocorrências disciplinares ou reincidência das mesmas, no último triénio. Contudo, a identificação dos fatores explicativos dos comportamentos perturbadores em sala de aula, inerentes aos processos de ensino e de aprendizagem, constitui uma área de melhoria.

O Agrupamento tinha como meta a criação de um *Observatório do Percurso Pós-Escolar* que lhe permitisse conhecer, objetivamente, o trajeto dos alunos após a conclusão do ensino secundário. Embora esse desígnio não tenha sido até ao momento cumprido, os responsáveis conhecem alguns dados, designadamente o número de alunos que ingressa no ensino superior, e detêm informação sobre as taxas de empregabilidade no âmbito dos cursos profissionais. A implementação desse dispositivo é uma área a merecer desenvolvimento, para aceder a informações mais rigorosas, permitindo-lhes fazer ajustes nas ofertas educativas e melhorar o conhecimento do impacto da ação do Agrupamento na trajetória de vida de todos os seus alunos.

RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE

Os resultados dos questionários aplicados no âmbito da presente avaliação externa revelam um grau de satisfação não muito elevado, por parte da comunidade educativa, relativamente ao serviço prestado pelo Agrupamento, o que também ficou patente nas entrevistas realizadas.

Os menores índices de satisfação referem-se à não utilização dos computadores por parte dos alunos, em sala de aula, e ao respetivo comportamento, tendo sido também relevada a não utilização da biblioteca para fazer leituras, no 1.º ciclo. Com maior grau de concordância salientam-se, por parte dos pais e encarregados de educação, aspetos como a satisfação com a limpeza dos jardins de infância e com o desenvolvimento das crianças, na educação pré-escolar, e com a disponibilidade dos diretores de turma, nos restantes níveis. Entre os trabalhadores sobressai a abertura da escola ao exterior, a limpeza e a segurança. Quanto aos alunos, distingue-se a realização de visitas de estudo e o conhecimento que detêm sobre as regras de comportamento.

O sucesso e o bom desempenho das crianças e dos alunos são valorizados pela exposição dos respetivos trabalhos nos vários estabelecimentos de educação e ensino. No mesmo sentido, os quadros de valor, de mérito e de excelência distinguem os que se destacam nos domínios cognitivo, cultural, pessoal ou social, embora a representação do 1.º ciclo esteja limitada ao 4.º ano e ao quadro de excelência. Momentos emblemáticos deste reconhecimento são a celebração do *Dia do Diploma*, no qual são também entregues as menções e prémios relativos àqueles quadros, e a *Noite Gímnica*, abertos à comunidade.

A participação dos alunos das diversas áreas formativas em eventos internos ou em representação do Agrupamento constitui igualmente um modo de valorização das suas potencialidades, ao mesmo tempo que lhes permite exercitar as competências desenvolvidas. A este nível, regista-se o reconhecimento por parte das empresas com as quais estão estabelecidas parcerias no âmbito da formação em contexto de trabalho dos cursos profissionais, relativamente à preparação técnica dos formandos que acolhem e que se reflete, nalguns casos, na empregabilidade dos mesmos.

A diversidade da oferta formativa, em resposta às expectativas dos jovens e das famílias e que inclui, entre outros, cursos de educação e formação, vocacionais e profissionais, alguns deles em articulação com as principais áreas empresariais do concelho, é um ponto forte do Agrupamento e um contributo para o desenvolvimento local.

A cedência do pavilhão desportivo a várias entidades e a abertura ao público da biblioteca da escola-sede são também exemplos que ilustram a atenção para com a comunidade. É ainda de destacar uma

articulação bem consolidada com a Câmara Municipal de Benavente, com a qual são desenvolvidos projetos e iniciativas como, por exemplo, as *Conversas de Cartilha*, promotoras do envolvimento das famílias nas aprendizagens.

Em síntese, a ação do Agrupamento tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas. Tais fundamentos justificam a atribuição da classificação de **SUFICIENTE** no domínio **Resultados**.

3.2 – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

PLANEAMENTO E ARTICULAÇÃO

A articulação curricular tem estado na ordem de trabalhos do Agrupamento, surgindo no projeto educativo como objetivo operacional da dimensão pedagógica e estando plasmada no plano de melhoria, enquanto ação para a promoção do sucesso escolar. Apesar da evidente tomada de consciência da relevância desta área, aliás, sublinhada como ponto fraco num dos relatórios da anterior avaliação externa, esta é ainda uma fragilidade, reconhecida por todos os docentes, que continua por superar.

Efetivamente, a gestão articulada do currículo, com vista à aquisição e progressão das aprendizagens desde a educação pré-escolar ao ensino secundário, apresenta práticas embrionárias, pontuais e pouco eficazes. As tentativas realizadas no sentido de criar grupos responsáveis pela gestão sequencial do currículo não foram bem-sucedidas, em grande medida pelas dificuldades que alguns docentes, do 1.º ciclo mas também de outros níveis de escolaridade, têm revelado em trabalhar de uma forma colaborativa. Este domínio sobressai, assim, como uma das áreas de intervenção prioritária num Agrupamento que possibilita a frequência em todos os níveis de educação e ensino.

Sublinha-se, apesar disso, o trabalho de articulação entre a educação pré-escolar e o 1.º ciclo, ao nível de novas abordagens e metodologias específicas da educação científica, e as iniciativas levadas a cabo pela direção no sentido de fomentar a cultura de colaboração entre docentes, com a recente instituição de horas comuns nos grupos de recrutamento e criação de reuniões para a reflexão e partilha de práticas metodológicas que, a serem devidamente aproveitadas, criam condições para um planeamento sequencial do currículo.

No que toca à articulação horizontal, não se recolheram evidências de que esta ocorra de forma intencional, planeada e sistemática, dependendo apenas do empenho e das dinâmicas individuais dos docentes. Os planos de trabalho de turma analisados restringem-se a uma caracterização pormenorizada dos alunos, com um especial enfoque para os que revelam necessidades educativas especiais. Nestes documentos não transparecem abordagens metodológicas desenvolvidas com base na complementaridade dos currículos das diferentes disciplinas, que permitiriam aprendizagens integradas por parte dos alunos. Este será outro aspeto a carecer da reflexão dos diretores de turma, com vista a potenciar este instrumento enquanto espaço privilegiado de promoção da interdisciplinaridade.

Importa contudo sublinhar que as atividades constantes do plano anual são, pontualmente, da responsabilidade de docentes de grupos de recrutamento distintos, apontando, deste modo, para uma articulação interdepartamental emergente. De igual modo, regista-se a conceção de alguns projetos integradores e visitas de estudo, que resultam da interligação entre os conteúdos de várias áreas, também evidente nos cursos profissionais.

Verifica-se o cuidado na transmissão de informação sobre o percurso escolar das crianças e dos alunos, aquando da transição de nível de educação ou de ensino, como forma de favorecer a sua integração no ciclo subsequente. Neste contexto, são igualmente relevantes as atividades promovidas no âmbito do Desporto Escolar, das bibliotecas e dos *Laboratórios Abertos*, por exemplo, por propiciarem o contacto

com outros contextos de aprendizagem e com novos colegas. Porém, nem todos os alunos são abrangidos por estas iniciativas e, quando ocorrem, centram-se sobretudo na escola-sede, não concorrendo eficazmente para a integração dos que ingressam no 2.º ciclo. Esta é, por conseguinte, uma lacuna, principalmente para os que vêm das escolas das aldeias, e um aspeto que merece uma atenção especial por parte dos responsáveis, tendo em vista a equidade na criação de situações promotoras do sucesso.

Para a contextualização do currículo concorrem algumas iniciativas previstas no plano anual de atividades, nomeadamente visitas de estudo que fomentam a descoberta do património arquitetónico e arqueológico de Benavente, ancoradas pela oferta educativa do município. Mais bem conseguida na educação pré-escolar e nas ofertas profissionalizantes, esta área poderá, contudo, ser incrementada, com vista a aproximar os processos de ensino às realidades concretas dos alunos e de, promovendo a relação entre a teoria e a prática, conferir sentido às aprendizagens.

PRÁTICAS DE ENSINO

O planeamento das atividades educativas, a longo e médio prazo, é elaborado em sede dos grupos de recrutamento e dos conselhos de ano, no caso do 1.º ciclo. Porém, as planificações a curto prazo, na generalidade dos grupos de docência, são da responsabilidade de cada professor, não sendo, por isso, analisadas por parte do respetivo representante nem entre os pares que lecionam o mesmo ano de escolaridade ou a mesma disciplina. Desta forma, coexistem práticas letivas que envolvem as crianças e os alunos nas aprendizagens, com outras em que prevalecem abordagens demasiado centradas no professor e no manual escolar, pouco estimulantes e motivadoras e que, não raras vezes, são o principal fator para os comportamentos desajustados que se constatarem.

Tendo em conta que, nalguns casos, o planeamento de médio prazo reproduz integralmente aquele que acompanha os manuais escolares, a monitorização das planificações de curto prazo é uma área de investimento, no sentido de garantir a coerência entre as estratégias planeadas conjuntamente e as que são efetivamente utilizadas em sala de aula.

Para além disso, os planos de trabalho de turma analisados, apesar de organizarem a informação respeitante a cada aluno e à turma, não patenteiam as estratégias de concretização e desenvolvimento do currículo em função das respetivas singularidades, com exceção dos alunos com necessidades educativas especiais. Não evidenciam, também, iniciativas destinadas a estimular e valorizar as potencialidades dos alunos, nem está instituída uma cultura de exigência, transversal a todas as ofertas educativas, com especial enfoque para as de cariz profissionalizante.

Tratando-se de um agrupamento de referência para a Intervenção Precoce na Infância, para a multideficiência e para a baixa visão, a inclusão foi posta em destaque no projeto educativo. De forma a agilizar os processos de articulação e de acompanhamento dos apoios educativos prestados, regista-se a integração da coordenadora da equipa de educação especial no conselho pedagógico. As parcerias estabelecidas, designadamente com a Câmara Municipal de Benavente, com o CRIB – Centro de Recuperação Infantil de Benavente e com a CERCIMA – Cooperativa de Educação e Reabilitação do Cidadão Inadaptado do Montijo e Alcochete, têm sido uma mais-valia, disponibilizando os recursos necessários para a adequação das respostas educativas às crianças, alunos e respetivas famílias, envolvendo formandos dos cursos profissionais na dinamização de atividades e criando sinergias promotoras da inclusão. Neste âmbito é ainda de assinalar a oferta de natação adaptada no âmbito do Desporto Escolar, destinada aos alunos com necessidades educativas especiais.

Sobressai a proatividade da equipa de educação especial na adequação de respostas às necessidades específicas destes alunos, em particular daqueles que frequentam a unidade de apoio especializado e dos que desenvolvem um plano individual de transição. Outra campo a sublinhar é a promoção de ações de sensibilização, devidamente enquadradas no plano de formação, nas áreas em que o Agrupamento é referência, destinadas a pessoal docente, não docente e também aos pais e encarregados de educação.

Contudo, o sucesso académico dos alunos com programa educativo individual apresenta oscilações significativas, sobretudo ao nível do 1.º e do 2.º ciclo, o que merece uma análise e reflexão sustentadas nos dados de monitorização, sobre o trabalho realizado, nomeadamente ao nível do planeamento e das práticas de ensino dos respetivos professores, com o objetivo de garantir a adequação das atividades educativas às diferentes capacidades e ritmos de aprendizagem.

Assim sendo, as práticas de diferenciação pedagógica em sala de aula, por exemplo, em relação a medidas como as *Turmas em Movimento*, a coadjuvação ou o desdobramento, carecem de consolidação e generalização, de modo a responderem eficazmente às necessidades e às especificidades de todos os alunos, tornando as aulas mais estimulantes e proveitosas.

Os docentes têm vindo a consciencializar-se da importância da atividade experimental para o desenvolvimento da literacia científica, em parte, resultado da ação de acompanhamento da Inspeção-Geral da Educação e Ciência neste domínio. Sublinha-se a inclusão da medida *Fazer Acontecer Ciência*, no *plano de ação estratégica*, com a concretização de um conjunto de atividades direcionadas especialmente aos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico. Para além disso, verifica-se a oferta da atividade de enriquecimento curricular *Ateliê de Ciências* e a dinamização de *Laboratórios Abertos*, para o 1.º ciclo, na escola-sede.

Apesar disso, e de as escolas estarem genericamente bem apetrechadas para o efeito, o desenvolvimento de metodologias experimentais não ocorre de forma sistemática nem está generalizado, havendo até evidências de um subaproveitamento dos quatro laboratórios de que dispõe a escola-sede, sendo este um aspeto a merecer uma reformulação das práticas docentes.

A dimensão artística é trabalhada, essencialmente, ao nível da oferta de escola em educação musical para o 3.º ciclo, com a dinamização do *Clube de Teatro*, cujos alunos apresentam peças no Agrupamento e em espaços públicos da vila, com a organização de concertos em datas festivas ou a realização de concursos, como por exemplo o de presépios com materiais de desperdício.

No que diz respeito à rendibilização dos recursos educativos, verifica-se que alguns docentes utilizam as tecnologias de informação e comunicação na sala de aula, tentando ultrapassar a imagem conservadora que este espaço ainda detém. Contudo, nem sempre estas ferramentas contribuem efetivamente para a produção e desenvolvimento de competências que favoreçam uma aprendizagem autónoma e a construção do próprio conhecimento pelos alunos. Não raro, a utilização dos quadros interativos multimédia, por exemplo, restringe-se à mera reprodução do manual escolar ou à exposição dos conteúdos programáticos, diluindo-se o papel do professor como promotor de atividades cognitivamente estimulantes e desafiadoras para os alunos.

Por seu turno, as bibliotecas têm um papel relevante na dinamização de iniciativas transversais a todos os níveis de educação e ensino. Salientam-se projetos e atividades como *A Hora do Conto*, *Os Óscares da Leitura*, recitais temáticos e as visitas de autores, que, a par da articulação existente com as bibliotecas municipais, se traduzem num impacto assinalável ao nível da formação integral das crianças e alunos. Apesar disso, os docentes ainda não valorizam suficientemente estes espaços enquanto recursos essenciais às práticas pedagógicas, sendo este um item que carece de desenvolvimento.

Nos cursos das vias profissionalizantes, além da componente de formação em contexto de trabalho, os alunos participam em iniciativas que favorecem o treino de competências técnicas que fomentam a motivação e o empenhamento através de uma maior ligação ao mundo do trabalho, sendo de sublinhar a oportunidade de participar em projetos internacionais, no âmbito do programa Erasmus+.

A discussão em torno das práticas pedagógicas e o trabalho colaborativo que ocorre de modo regular, são, de facto, as únicas formas de acompanhamento da atividade docente. Não obstante estas práticas e o reconhecimento da sua relevância, não se encontram instituídos procedimentos de observação de aulas, encarada como forma de desenvolvimento profissional, em que a reflexão partilhada seja orientada para o efeito que as estratégias e metodologias têm nas aprendizagens dos alunos, aspeto que

carece de reflexão por parte dos respetivos coordenadores. As lideranças intermédias não podem, assim, garantir a qualidade do serviço educativo, por parte de todos os docentes que coordenam, por não disporem de mecanismos sistemáticos de auto e hétero regulação do trabalho desenvolvido.

MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

O plano de estudos e de desenvolvimento do currículo sistematiza os referenciais que se pretendem comuns no processo de avaliação das aprendizagens, constituindo-se como um instrumento potencialmente norteador da ação dos docentes. Verifica-se a conceção conjunta de instrumentos de avaliação diagnóstica e, num número crescente de disciplinas, também os de avaliação sumativa ou, em alternativa, as respetivas matrizes, o que contribui para aumentar a fiabilidade e a validade da avaliação. Esta é, porém, uma prática que não se encontra ainda generalizada.

Naquele documento, a dimensão formativa da avaliação assume particular ênfase, no sentido de *informar e sustentar intervenções pedagógicas, reajustando estratégias que conduzam à melhoria da qualidade das aprendizagens*. Nessa linha, na educação pré-escolar, os registos regulares por parte de algumas educadoras relativamente aos progressos das crianças contribuem para fundamentar as decisões sobre as práticas e para reorientar a ação educativa. Do mesmo modo, noutras situações, a frequência de aplicação e a diversidade dos instrumentos de avaliação permitem também a recolha de informação necessária ao reajustamento das estratégias de ensino e de aprendizagem. Contudo, os progressos são ainda muito ténues no que respeita à sistematicidade e generalização dessas práticas. Assim sendo, justifica-se um maior enfoque na modalidade formativa da avaliação, numa perspetiva de reorientação da ação dos docentes, e de fornecer informação de retorno às crianças e aos alunos acerca dos seus desempenhos e do caminho que precisam de percorrer para melhorar as suas aprendizagens.

A auto e a heteroavaliação carecem também de incremento, enquanto elementos reguladores das aprendizagens. Os critérios de avaliação são conhecidos dos alunos e atendem à especificidade de cada ciclo e curso. Porém, nalgumas disciplinas, o desequilíbrio na ponderação atribuída aos testes, face à dos restantes elementos de classificação dos alunos, indicia alguma incongruência entre a diversidade de instrumentos e procedimentos de avaliação prevista nos documentos e a valorização que deles se faz.

As taxas de sucesso dos alunos que foram alvo de planos de acompanhamento pedagógico têm-se mantido no último triénio (67%, 67% e 69%), sendo preocupante a reduzida eficácia das medidas implementadas, sobretudo no 2.º e no 5.º ano de escolaridade (64% e 53%, respetivamente, em 2015-2016). Por outro lado, o Agrupamento não tem monitorizado sistematicamente cada uma das medidas de promoção do sucesso escolar, o que inviabiliza quer a alteração atempada das estratégias quer o redirecionamento dos recursos para outras áreas onde poderão tornar-se mais úteis. Assim, a generalização da monitorização sistemática das diversas medidas adotadas constitui uma área de melhoria.

No que diz respeito à desistência e ao abandono, tem sido desenvolvido um trabalho articulado entre os diversos profissionais e com as instituições parceiras. Ainda assim, carecem de reflexão as elevadas percentagens de desistência no 1.º ano dos cursos profissionais, no sentido de uma intervenção mais atempada ao nível dos processos de (re)orientação escolar e de valorização das potencialidades dos alunos.

Em suma, a ação do Agrupamento tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas, o que justifica a atribuição da classificação de **SUFICIENTE** no domínio **Prestação do Serviço Educativo**.

3.3 – LIDERANÇA E GESTÃO

LIDERANÇA

O projeto educativo expressa a visão estratégica do Agrupamento que revela a ambição de se constituir como referência na comunidade e de promover a excelência no cumprimento do objetivo de *Educar para o sucesso, para uma cidadania ativa e responsável*. Bem estruturado, como um instrumento de planeamento estratégico, identifica as principais áreas de intervenção, decorrentes do diagnóstico organizacional, e os objetivos operacionais, estratégias, metas e indicadores de medida para cada um, o que potencia a sua função norteadora da ação educativa. Neste sentido, encontra-se superado o ponto fraco identificado, a este nível, num dos relatórios da anterior avaliação externa.

Salienta-se como positiva a articulação do plano anual de atividades com aquele documento. Porém, e não obstante o envolvimento da comunidade no diagnóstico que fundamenta o projeto educativo, não é evidente a apropriação da visão prospetiva nele inscrita por parte de todas as estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica, nem é, de facto, adotado por todos como um documento orientador da atividade do Agrupamento.

A liderança assenta fundamentalmente na ação da diretora e da sua equipa que, embora revelando determinação na concretização do projeto educativo, não têm conseguido mobilizar suficientemente os demais órgãos e estruturas para as ações definidas com vista ao progresso do Agrupamento. De facto, salvo algumas exceções, não se assiste à emergência de lideranças intermédias efetivamente assumidas e empenhadas na orientação educativa e nos processos de desenvolvimento pedagógico dos docentes que lideram. Também não se evidencia o incentivo aos seus pares para responder aos diferentes desafios, perspetivando a melhoria do serviço educativo, das aprendizagens e do sucesso das crianças e alunos.

Nesta linha, a definição de uma estratégia de motivação dos diversos profissionais, docentes e não docentes, configura igualmente uma área de intervenção prioritária, visando a melhoria do ambiente relacional e a criação do sentido de pertença. No âmbito das suas competências, também o conselho geral poderá ter um papel mais ativo na promoção da coesão organizacional e do envolvimento e participação de toda a comunidade na prossecução dos objetivos do projeto educativo.

Distingue-se, porém, a capacidade para convocar recursos da comunidade, com destaque para a dinamização de projetos e o estabelecimento de uma rede ativa de parcerias e protocolos em áreas fundamentais de intervenção que contribuem para a melhoria do serviço prestado. Distinguem-se as áreas da educação para a saúde, da formação em contexto de trabalho dos cursos profissionalizantes, das respostas às crianças e alunos com necessidades educativas especiais e da formação contínua dos docentes.

O incentivo à participação dos pais e encarregados de educação nas dinâmicas escolares, identificado como um ponto fraco num dos relatórios das anteriores avaliações externas, é uma área em progresso, embora possa ser mais incrementada. Ainda assim, regista-se a colaboração da associação de pais e encarregados de educação em algumas iniciativas inscritas no plano anual de atividades.

GESTÃO

A diretora e a sua equipa assumem que a gestão dos recursos humanos é realizada tendo em consideração os perfis dos trabalhadores. Contudo, a inexistência de mecanismos de auscultação dos profissionais, aquando da distribuição de serviço, tem gerado um mal-estar generalizado, em parte responsável pela evidente falta de motivação, com repercussões nos desempenhos.

É privilegiada a continuidade na constituição das equipas pedagógicas e na atribuição das direções de turma, em cumprimento dos critérios definidos, tarefa nem sempre fácil dada a pouca estabilidade e o absentismo elevado de alguns docentes. No que toca ao pessoal não docente, de um modo geral, opta-se

pela rotatividade ao nível das funções e entre as diferentes unidades educativas, quando necessário. No caso específico dos assistentes técnicos, não tendo sido adotado este critério, nem devidamente assegurado o conhecimento, por todos, das diversas áreas, fica comprometido o cumprimento atempado de tarefas em caso de ausência de algum profissional. Esta será pois uma área a merecer atenção no sentido de garantir a eficiência, a eficácia e a qualidade dos serviços.

A consciencialização da importância do trabalho colaborativo para a promoção da melhoria das aprendizagens dos alunos esteve, no presente ano letivo, na base da atribuição de tempos comuns nos horários das equipas pedagógicas. Dada a recente implementação da medida, ainda não é possível afiançar da sua eficácia, no entanto a generalidade dos docentes reconhecem-na como uma mais-valia.

A dimensão formativa é assumida como prioridade, estando plasmada no projeto educativo e no plano de formação, o que denota a superação do ponto fraco identificado numa das anteriores avaliações externas. Neste âmbito, o principal parceiro é o Centro de Formação EDUCATIS, sediado na escola secundária, o que facilita as interações e a celeridade na resposta às solicitações de formação contínua. De sublinhar ainda a intervenção do município que, através do *Plano Salute*, promove o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais, através das *Conversas de Cartilha*, destinadas a docentes e não docentes, para além dos jovens e dos pais e encarregados de educação.

Apesar disso, a generalidade dos docentes nunca frequentou qualquer formação especificamente direcionada para o ensino profissional, designadamente para a avaliação e para a gestão modular do currículo. Esta será pois uma área a considerar, visando a motivação e mobilização para novas formas de organização pedagógica, reforçando os impactos nas práticas letivas e nos resultados dos formandos. Por outro lado, tal como já o perspectiva o departamento curricular de línguas, a partilha e a disseminação da formação realizada, sobretudo no âmbito dos processos de ensino e de aprendizagem, através de ações internas, poderá potenciar o seu impacto nas práticas dos docentes e, conseqüentemente, na melhoria dos resultados académicos.

O diagnóstico efetuado no âmbito da autoavaliação identificou a falta de eficácia da comunicação interna e externa, sendo, por isso, um aspeto devidamente contemplado no plano de ação de melhoria, com um vasto leque de medidas, das quais se destacam a projeção de informação relevante em suportes digitais colocados em espaços estratégicos da escola-sede e a criação de endereços de correio eletrónico institucional. No entanto, as plataformas informáticas que promovem a rapidez, a simplicidade e a transparência não estão ainda a ser eficazmente utilizadas pela globalidade dos trabalhadores. Também não são notórios impactos positivos ao nível da satisfação com a comunicação e com a divulgação de informações úteis à comunidade educativa ou da criação de um clima de confiança, sobretudo junto dos órgãos de administração e gestão.

Atendendo a que, fruto do insucesso generalizado ao nível dos resultados académicos, o Agrupamento não goza, atualmente, de uma imagem favorável na comunidade, a atualização permanente da página na internet, a gestão de conteúdos nas redes sociais e a divulgação das atividades e projetos também na imprensa local e regional são aspetos a considerar para a promoção e reabilitação desta imagem.

AUTOAVALIAÇÃO E MELHORIA

A constituição do Agrupamento, resultante da agregação de duas unidades orgânicas com distintos procedimentos autoavaliativos, desencadeou a necessidade de encontrar um modelo de autoavaliação comum. Com o apoio inicial de uma consultoria externa, e com o envolvimento da comunidade educativa, foi iniciado o processo de diagnóstico organizacional. Assente no modelo *Common Assessment Framework*, os resultados serviram de base ao projeto educativo, juntamente com os pontos fortes e fracos identificados nas anteriores avaliações externas daquelas unidades. Em articulação com aquele documento, foi elaborado um plano de ação de melhoria que acompanha o seu período de vigência,

incidindo especificamente sobre os domínios dos resultados escolares, do comportamento dos alunos, da comunicação interna e do trabalho colaborativo entre os docentes.

A atual equipa de autoavaliação, designada em 2015-2016, foi incumbida de proceder à avaliação intermédia do projeto educativo e do plano de ação de melhoria, bem como de produzir uma análise comparativa dos resultados académicos e do comportamento dos alunos no último triénio, tarefas que realizou de forma meritória, apesar de nenhum dos seus elementos ter tido formação nesta área. O seu trabalho tem, porém, sido produzido de forma avulsa, em função das solicitações da direção, não sendo perceptível a internalização, por parte da equipa, como por parte dos restantes profissionais, de um projeto global e consistente de autoavaliação, que abranja as diferentes dimensões do Agrupamento e assegure o seu progresso sustentado.

A operacionalização do projeto educativo e do plano de ação de melhoria, embora tenha permitido levar a cabo algumas medidas de âmbito pedagógico e organizativo que registam progressos (por exemplo a nível da prevenção da indisciplina e do trabalho colaborativo dos docentes), evidencia dificuldades relativamente a algumas das estratégias definidas, em particular as que mais incidem sobre os modos de ensinar e de fazer aprender, também reconhecidas no âmbito da monitorização daqueles documentos.

Afigura-se prioritária a consciencialização da importância das práticas letivas como fator primordial do sucesso educativo, pelo alargamento da autoavaliação ao trabalho realizado em sala de aula, através do diagnóstico dos processos de ensino e de aprendizagem. A observação de aulas entre pares, já prevista mas não implementada, e a aplicação de questionários simultaneamente a alunos e docentes, poderão revelar-se um contributo fundamental na identificação das fragilidades em que se torna necessário intervir. Importará também intensificar o envolvimento e a corresponsabilização de todos os profissionais nos processos de melhoria, com a definição de estratégias de aperfeiçoamento e dos mecanismos para a sua monitorização sistemática, por parte de cada estrutura/subestrutura, para que estas venham a ter um impacto efetivo nas aprendizagens e nos resultados dos alunos.

Assim, encontra-se parcialmente superado o ponto fraco identificado neste âmbito, nas avaliações externas anteriores, constituindo-se, porém, como um desafio aprofundar e consolidar o processo de autoavaliação, de modo a possibilitar a construção e implementação de planos de ação que contribuam para instituir dinâmicas de autorregulação e de melhoria dos processos-chave da ação educativa.

Em resumo, a ação do Agrupamento tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas. Tais fundamentos justificam a atribuição da classificação de **SUFICIENTE** no domínio **Liderança e Gestão**.

4 – PONTOS FORTES E ÁREAS DE MELHORIA

A equipa de avaliação realça os seguintes pontos fortes no desempenho do Agrupamento:

- A dinamização de uma pluralidade de iniciativas e projetos, implementados transversalmente, que fomentam a formação integral das crianças e dos alunos;
- A diversificação da oferta educativa e formativa, de acordo com os interesses e as necessidades dos alunos e da comunidade;
- A proatividade da equipa da educação especial na promoção dos valores da escola inclusiva e na adequação de respostas às necessidades educativas especiais das crianças e dos alunos; 8

- O desenvolvimento de projetos e o estabelecimento de uma rede ativa de parcerias e protocolos em áreas estratégicas de intervenção que contribuem para a melhoria do serviço prestado.

A equipa de avaliação entende que as áreas onde o Agrupamento deve incidir prioritariamente os seus esforços para a melhoria são as seguintes:

- A identificação dos fatores explicativos do (in)sucesso e dos comportamentos perturbadores em sala de aula, inerentes aos processos de ensino e de aprendizagem, de modo a permitir a implementação de ações mais diversificadas, conseqüentes e eficazes na melhoria dos resultados;
- A promoção da gestão articulada do currículo, vertical e horizontal, no sentido de garantir a respetiva sequencialidade e incrementar aprendizagens integradas por parte dos alunos;
- O maior enfoque na modalidade formativa da avaliação, numa perspetiva de reorientação da ação dos docentes, como forma de possibilitar uma resposta eficaz às especificidades de cada criança e aluno e de fornecer informação acerca dos seus desempenhos;
- A criação de mecanismos explícitos e estruturados de monitorização sistemática das diversas medidas de promoção do sucesso escolar, possibilitando a alteração atempada das estratégias e potenciando o seu impacto nas aprendizagens e nos resultados dos alunos;
- O comprometimento das lideranças intermédias na orientação educativa e nos processos de desenvolvimento pedagógico dos docentes que lideram;
- A implementação de uma estratégia de motivação dos trabalhadores, visando a melhoria do ambiente relacional, a criação do sentido de pertença, a coesão organizacional e o envolvimento e participação de toda a comunidade na prossecução dos objetivos do projeto educativo;
- O aprofundamento e a consolidação do processo de autoavaliação, de modo a possibilitar a construção e implementação de planos de ação que contribuam para instituir dinâmicas de autorregulação e de melhoria dos processos-chave da ação educativa.

13-03-2017

A Equipa de Avaliação Externa: Carla Bernardes, Isabel Barata e João Calado

Concordo.
À consideração do Senhor Inspetor-Geral da
Educação e Ciência, para homologação.
A Chefe de Equipa Multidisciplinar da Área
Territorial de Inspeção do Sul

Maria Filomena Aldeias
2017-06-26

Homologo.
O Inspetor-Geral da Educação e Ciência

Luís Alberto Santos
Nunes Capela
Digitally signed by Luís Alberto Santos Nunes
Capela
DN: c=PT, o=Ministério da Educação e Ciência,
ou=Inspeção-Geral da Educação e Ciência,
cn=Luís Alberto Santos Nunes Capela
Date: 2017.07.06 17:55:01 +01'00'

Por delegação de competências do Senhor Ministro da Educação
nos termos do Despacho n.º 5477/2016, publicado no D.R. n.º 79,
Série II, de 22 de abril de 2016